

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
TAINÁ DA VEIGA SANTOS

AFRO-DIÁRIO
INCLUSÃO DA RELIGIOSIDADE AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA NA ESCOLA, PARA ALUNOS DO SEXTO ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Tainá da Veiga .

Afro-Diário : A Inclusão Da Religiosidade Africana E Afro Brasileira Na Escola. Para Alunos Do Sexto Ano Do Ensino Fundamental / Tainá da Veiga Santos. -- 2017.
18 p.

Orientador: Fernando Gaudereto Lamas

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. , 2017.

1. Religiosidade Africana e Afro-Brasileira. 2. Escolas e religiosidade. 3. Sexto ano do ensino fundamental. 4. Candomblé. I. Lamas, Fernando Gaudereto , orient. II. Título.

AFRO-DIÁRIO
INCLUSÃO DA RELIGIOSIDADE AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA NA ESCOLA, PARA ALUNOS DO SEXTO ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO APRESENTADO À
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ
DE FORA, COMO REQUISITO PARA
CONCLUSÃO DA PÓS-
GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO)
EM HISTÓRIA DA ÁFRICA.

ORIENTADOR: FERNANDO
GAUDERETO LAMAS

JUIZ DE FORA

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

SANTOS. Tainá da Veiga. **Afro-Diário:**
A Inclusão Da Religiosidade Africana E
Afro-Brasileira Na Escola, Para Alunos
Do Sexto Ano Do Ensino Fundamental.
Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial à
conclusão da Especialização em História
da África, da Universidade Federal de
Juiz de Fora, realizada no 1º semestre de
2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas

Orientador

Examinado(a) em: ____/____/____.

AGRADECIMENTOS

Foi um ano árduo, porém com final gratificante o ano trilhado por mim e por meus companheiros de especialização. Pelo mesmo, agradeço a Deus, por ter concedido a mim foco e força para completar a caminhada diante de um ano tão conturbado para todos nós.

Agradeço o apoio e insistência de minha mãe Maria Luiza e a meu pai Kosme, por me apoiarem nos momentos em que o cansaço me desanimava.

Agradeço a minha irmã pelos debates que eram prolongados sobre os temas das aulas e que muito me ajudavam a compreender aspectos de um continente que eu pensava conhecer, porém não conhecia com tanta propriedade.

A meu noivo Joel, pelas horas de ausência por conta dos infindáveis textos e pela espera incansável nos dias de aula.

A minha amiga Jeisilene, por me acompanhar em sala de aula, e se mostrar presente em minha vida pessoal e em de sala de aula.

Em especial agradeço aos professores que passaram em meu caminho durante este período. Sem eles seria impossível concluir esta importante etapa acadêmica.

Agradeço ao professor Fernando G. Lamas pela válida orientação em todo o processo do curso e especialmente em meu trabalho Final.

Por fim, agradeço a Juliana e Eduardo pela constante atenção, paciência, ajuda e carinho para comigo e todos os alunos do curso durante todo o percurso.

Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo apresentar um material cujo direcionamento consiste em um método lúdico para que crianças do sexto ano do ensino fundamental conheçam ou tenham um novo olhar sobre as religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras vivenciadas no Brasil. Para o mesmo, foram apresentadas um breve histórico sobre as religiões de matrizes africanas trazidas para o Brasil com a diáspora, as modificações ocorridas com as mesmas em território brasileiro, algumas particularidades das mesmas já vivenciadas em território brasileiro, como ocorreu o processo de inclusão da temática na educação brasileira, o local da escola como propagadora do conhecimento da cultura africana no Brasil e a apresentação do material proposto, assim como, propostas para forma de utilização do material para com o público direcionado. Destarte, tem-se a intenção de apresentar um material cujo (a) próprio (a) aluno (a) possa criar a partir dos conhecimentos que serão propostos um diário sobre as experiências aprendidas sobre cada orixá apresentado.

Palavras-chave: Religiosidade africana e afro-brasileira. Escolas e religiosidade. Sexto ano do ensino fundamental. Orixás.

SUMÁRIO

1. Introdução	08
2. DIÁSPORA, RELIGIOSIDADE E CULTURA. UM CURTO HISTÓRICO SOBRE AS RELIGIÕES AFRICANAS NO BRASIL ...	12
2.1 BREVE ESTUDO DO CANDOMBLÉ NO BRASIL	14
3. AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	16
4. AFRO-DIÁRIO: DESENVOLVENDO OS CONHECIMENTOS SOBRE OS ORIXÁS EM SALA DE AULA	20
5. CONCLUSÃO	23
6. REFERENCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Licenciada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES- JF), pós-graduada em Literatura e Cultura Afro-brasileira pelo Núcleo de Estudos Afro- brasileiros da Universidade Federal de Juiz de Fora (NEAB/UFJF) e atual professora da rede municipal de ensino da cidade em questão, tenho buscado desde minha graduação ampliar meus conhecimentos a respeito do continente mãe, para além daquilo que nos é transmitido pelos canais costumeiros.

Nasci em uma família engajada nas questões relacionadas à população negra e suas peculiaridades e atuante em movimentos nos quais a cultura negra era foco de debates, de interações e integrações do cidadão negro em juiz de fora. por essa influência, tive por opção e afinidade a decisão de me dedicar ao estudo da diáspora africana e do legado deixado pelos africanos no Brasil desde a sua saída forçada do continente africano, até os dias atuais.

Por conta de meu histórico familiar, pelas vivências cotidianas de mulher e negra, recém formada, inteirada nas questões que diretamente dizem respeito à vida do cidadão negro e as mazelas vivenciadas por cada um de nós em todos os cantos do país, mas não só, e principalmente em uma cidade com resquícios ainda muito vivos de uma sociedade escravocrata como Juiz de Fora, optei em minha vida acadêmica por abordar temas em que o negro era o agente em destaque, sendo ele protagonista ou antagonista de sua história. Tais temas que variaram desde as legislações emancipatórias, o movimento abolicionista e a resistência negra do século XIX, até as influências africanas em autores afro-brasileiros na década de 1980, capacitaram-me a desenvolver estudos capazes de tentar identificar o agir do negro no ambiente hostil em que ele se encontrava e ainda se encontra.]

Assim, o contato com a história do afro-descendente aprofundado no meio acadêmico, motivou-me a procurar por outras ou novas abordagens em que o negro fosse agente positivo na história, motivos que me levaram a ingressar em uma especialização cuja literatura e cultura afro-brasileira fossem estudadas e discutidas na academia, trazendo para sala de aula assuntos rotineiros da vida do afro-descendente, de sua história, as dificuldades vivenciadas através dos estigmas do preconceito e do racismo, as influências nos hábitos mais comuns dos brasileiros, entre tantos outros temas relevantes para minha formação pessoal e profissional, optando também pela continuação

desse processo ao ingressar na pós Afrikas para ampliar e conhecer mais

sobre o mundo que encontramos nas várias áfricas presentes no continente africano, podendo então repensá-lo de acordo com os novos conhecimentos adquiridos.

No entanto, repensar uma aprendizagem relacionada à “História da África”, parte do pressuposto de que já haja um pensamento ao tema. Isso é na verdade o que se esperava a partir da promulgação da lei 10639 de 2003, que estabelece a inclusão obrigatória do Ensino de História da África e da cultura afro-brasileira entre outras providências no currículo da rede de ensino. Mas em nosso cotidiano, é possível notar que por mais crescentes sejam os estudos relacionados ao tema em questão, por mais especialistas hajam sobre essa temática, há ainda necessidade de pensar a aprendizagem para então poder repensa - lá.

Sabemos que existem profissionais que lidam com o ensino da História do continente africano, e os mesmos necessitam de formas pelas quais o estudo da África em sala de aula possa ser ampliado e qualificado tornando-o interessante para os alunos aos quais direcionamos nossos conhecimentos, assim como é para nós próprios.

Como docente, entendo que durante muitos anos e ainda hoje, lidamos com um sistema educacional que privilegiava o ensino da história do continente europeu, e pouco ou quase nada se atentou ao ensino da História da África. Em nossos livros didáticos, encontrávamos uma versão da “História Oficial” sobre a construção do Brasil em que foi narrado o processo da colonização portuguesa e a chegada dos europeus às terras brasileiras, sem levar em conta de quem eram as terras “encontradas” pelos portugueses e outros fatores, minimizando assim, a importância de outros grupos étnicos que habitaram e foram imprescindíveis para a construção do Estado brasileiro tal qual confirma Carolina dos Santos Bezerra Perez (2010).

Nos sentamos nos bancos escolares nas últimas décadas (tanto nas escolas regulares, como nas universidades), e vivenciamos uma história onde os enaltecidos eram os europeus e seus descendentes. A conjectura do período militar deixou uma herança de ensino positivista que nos fazia, assim como aponta Anderson Ribeiro Oliva (2003), memorizar datas, nomes de heróis nacionais, listas intermináveis de presidentes e personalidades, sem contar com as abordagens eurocêntricas no que tange à História Geral, e Mesmo tendo ocorrido uma significativa transformação no ensino de história nos últimos anos, ainda nos deparamos com esse tipo de ocorrência.

Notamos significativas mudanças desde a promulgação da Lei 10639. Letamente a partir da mesma foi possível observar significativo aumento da temática africana e afro descendente, assim como a temática indígena na academia, nas escolas regulares e nos livros didáticos. Anderson Oliva (2003), no entanto, me fez refletir em torno da

seguinte pergunta: “como a História da África é ensinada em nossas escolas?”. O que me conduziu a outra pergunta: Como eu ensino história da África nas escolas que leciono?

Logo pensei se poderia eu ser uma professora que reproduzisse o que citei acima, uma história que reafirma o eurocentrismo e nada ou pouco explora questões sobre o continente africano e os afrodescendentes. E o que eu aprendi sobre o continente africano e os afrodescendentes nas escolas em que estudei?

Como a maioria das pessoas na minha faixa etária, pouco ou quase nada foi-me explicado sobre o continente africano durante meu ensino fundamental e médio, e nada que ressaltasse a grandeza do continente além de seu tamanho geográfico, o subdesenvolvimento vivenciado em seus países, as doenças acometidas à população, os animais fantásticos que lá habitam e alguns poucos estudos relacionados ao *Apartheid*. Sobre os afro descendentes, foi-nos ensinado sobre a escravidão como explicação para a quantidade de negros presentes no país naquele momento e coisa ou outra que herdamos dos mesmos, como interferências na linguagem e os sabores das senzalas. O que eu conhecia sobre o Continente Mãe (assim carinhosamente chamado pelos meus), era o que aprendia em casa com meus pais e tios que desde que me dou conta, participavam do movimento negro e de outros movimentos que valorizam a história dos afro-brasileiros, dos africanos e do povo negro. Mas no geral, assim como afirma Carolina Perez (2010), o que era ensinado e o que os livros didáticos traziam, era uma história onde predominava a escravidão e onde os africanos e os afrodescendentes mantinham um constante papel de seres não pensantes, coadjuvantes:

Percebemos também que nos livros e conteúdos escolares, o imaginário sobre os negros e a África ainda se encontram relacionados, exclusivamente, à escravidão. A África não é vista nem percebida como um continente com diferentes países, etnias e nações que possuem línguas, costumes, histórias, religiosidades e visões de mundo amplas e diversas. (PEREZ. 2010, p. 12)

O processo de mudança curricular sobre o continente africano e seus descendentes no Brasil sofreu mudanças durante a faculdade. No meio acadêmico, tive uma disciplina específica de História da África, mas creio que por motivo da recente promulgação da lei de 2003, portanto, o ensino foi pouco referenciado, uma vez que não haviam ainda professores especializados na

disciplina em questão, porém muito válido, já que estudávamos pontos que a maioria desconhecia. Era para muitos dos meus colegas um novo olhar para o continente africano e para os afrodescentes, e nos colocou a frente até para que pudéssemos buscar novas abordagens sobre a temática.

Percebi reler de Carolina Perez (2010), que continuava de certa forma, a reproduzir os estereótipos que me foram apresentados, apesar dos esforços contínuos para uma melhor adequação e apresentação dos elementos relacionados ao continente africano. Carolina (2010, p. 12) afirma que:

[...] na nossa atuação cotidiana como educadores observamos que todos nós acabamos por ter a mesma visão sobre o continente africano que a sociedade tem, relacionando-o apenas a pobreza, doenças e escravidão, espaço habitado por “primitivos”. A escola na qual tivemos nossa formação, nossos cursos e habilitações, também acabam sendo espaços que reforçam esse imaginário [...].

E Marlene Cainelli (2010, p. 20) corrobora a fala de Perez(2010) quando afirma que

O que ensinamos de história na escola é parte dos conhecimentos historiográficos produzidos pelos historiadores e ainda uma parte destes conhecimentos é aquele que está nos programas de cursos e currículos para as disciplinas e também nos livros didáticos

A afirmação e Cainelle (2010) ajuda a responder a pergunta que fiz a mim mesma. Minha prática de ensino de História da África, e ainda a de História Geral, mesmo tendo eu uma formação diferenciada relacionada à História da África e dos afrodescendentes, tem sido corrompida pelos currículos já formados e pelos livros didáticos que utilizo nas escolas em que leciono. Ainda assim, venho tentando incluir um conteúdo que fuja ao formal, mas encontro barreiras, ao me deparar com currículos escolares já estruturados, sem ou com quase nenhum espaço para modificações das matrizes escolhidas, que quase sempre continuam moldadas ao eurocentrismo e à sublocação do espaço do continente africano e dos povos lá contidos.

Elucidada novamente por Carolina Perez quando da afirmação da mesma que

A necessidade do conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana pelos profissionais da educação é o primeiro passo para que se construa no “chão da escola”, na sua realidade cotidiana, ações e intervenções didático-pedagógicas visando a consolidação de atitudes de respeito e compreensão da diversidade étnico-racial e cultural brasileira rumo à efetiva transformação da realidade, transformação essa que passa,

inclusive, pela revisão dos referenciais teórico-metodológicos que alicerçam os nossos pressupostos didático-pedagógicos, atentando para as conseqüências que temos no nosso sistema educacional por privilegiarmos uma única matriz ancestral: a ocidental e européia. (PERES. 2010, p.14)

Há uma indiscutível necessidade do conhecimento das questões relacionadas ao continente africano. Tal conhecimento se torna degrau para que a prática de ensino de muitos professores, inclusive a minha, sejam desconstruídas a partir do processo formal

que conhecemos e ganhem novas abordagens para que possamos ensinar a África com visões menos estereotipadas e mais atraentes.

Destarte, a preocupação com a formação de professores, e práticas que por eles possam ser utilizadas, é o ponto partida para o trabalho em questão, possibilitando materiais que possam ajudar em formas de conhecimento do vasto continente africano.

2. DIÁSPORA, RELIGIOSIDADE E CULTURA. UM CURTO HISTÓRICO SOBRE AS RELIGIÕES AFRICANAS NO BRASIL

Trazidas para o Brasil a partir da diáspora forçada pelo processo de escravidão, as crenças de origem africana fincaram profundas raízes no Brasil e acabaram por se constituírem como elementos essenciais para a criação e entendimento da cultura do território brasileiro.

Os navios negreiros conduziram através das águas atlântico, durante mais de trezentos anos, não apenas o contingente de cativos designados aos trabalhos dos canaviais, de mineração, das plantações de fumo localizados no continente americano, plantações de açúcar, como também a sua personalidade, a sua maneira de ser, seus comportamentos e suas crenças.

A presença das crenças religiosas africanas no continente americano é como afirma Verger (1981, p. 14),

(...) uma consequência imprevista do tráfico de escravos. Escravos estes que foram trazidos para os diferentes países das Américas e das Antilhas, provenientes de regiões da África escalonadas de maneira descontínua, ao longo da costa ocidental, entre Senegâmbia e Angola. Provenientes, também, da costa oriental de Moçambique e da ilha de São Lourenço, nome dado época a Madagascar.

As pessoas escravizadas trazidas ao Brasil pertenciam a distintas civilizações, dentre elas bantos, jejês, nagôs e iorubas. Suas formas religiosas eram partes de estruturas familiares socialmente organizadas (FAVERO, 2010). A reformulação de crenças e práticas originou-se do encontro dessas diversificadas civilizações, somadas ao misticismo indígena e a referenciais católicos que se misturavam e permutavam lendas, rituais e divindades pelos diversos campos do nosso país, dando origem ao batuque do sul, ao tambor, no Norte, a umbanda no Sudeste, ao Xangô em alguns estados do nordeste e ao

candomblé em tantos mais. (SANTOS, 2008, p. 01).

O cativo de africanos no Brasil tirou o mínimo de dignidade que restava da travessia do Atlântico, e trouxe consigo o batismo cristão como promessa de salvação dos africanos em terras brasileiras e em tantos outros países onde a força do trabalho

escravo enriqueceu milhares de senhores ao redor do continente americano, mas não só. Suas crenças religiosas, ainda que perseguidas até os dias atuais, somados a outros aspectos de sua cultura, foram os elos entre suas vidas antes da travessia e a construção de novas identidades, assim como novas formas de separação entre o sagrado e profano, resistência, formas de derrubar barreiras sociais e outros aspectos que lhes facilitariam a vida no novo continente. A diáspora trouxe a necessidade do africano de decifrar um novo tipo de sociedade.

As primeiras menções às religiões africanas no Brasil datam, segundo Verger (1981, p. 14), de 1680 por ofício da Santa Inquisição, a partir da denuncia de Sebastião Barreto, sobre “o costume que tinham os negros, na Bahia, de matar animais quando de luto... Para lavar-se no sangue, dizendo que a alma, então, deixava o corpo subir ao céu...” problematizando os ritos das pessoas escravizadas na ocasião.

Pouco se sabe sobre os ritos africanos no Brasil desde o século XVII, porém, no século XIX, como afirma Santos (2008), citando Soares (1992) é possível encontrar na Bahia

uma forte interferência do poder eclesiástico e do poder legislativo voltados ao combate e perseguição violenta às manifestações religiosas oriundas do continente africano, o que não raro ocorria em outros estados brasileiros, muitas das vezes sobre o pretexto de manutenção da ordem pública e da segurança do Estado, utilizando para o mesmo a repressão policial aos grupos de negros. Além do medo gerado em torno dos poderes dos cultos africanos, “temia-se que a reunião de negros em torno dos mesmos pudesse dar início a uma revolta, principalmente a partir e 1835 com a Revolta dos Malês¹ (Santos, 2008, p.02).

Sabe-se, no entanto, que mesmo com as proibições e as formas repressivas aos cultos africanos no Brasil, essas perpetuaram até os dias atuais com significativo crescimento na sociedade, mesmo sendo ainda marginalizada por parte da população. Sobre essa perpetuação, é válido dizer que ainda que para muitos o sincretismo religioso não seja uma opção para se referir às religiões de matrizes africanas no Brasil, é possível se utilizar da expressão “sincretismo religioso” quando se afirma que:

¹ Verbete “Revolta dos Malês”. Vainfas (2008, p. 642-645). Malês era a designação dada aos africanos mulçumanos na Bahia do século XIX, os quais articularam e lideraram um

importante movimento envolvendo escravos e libertos, em inícios de 1835, que ficou conhecido como Revolta dos Malês. Desde novembro do ano anterior algumas das mais expressivas lideranças malês de Salvador, diante das ações repressivas das autoridades locais – por exemplo, a interrupção do *Lailat al-Miraj* (festa islâmica) em novembro de 1834 e, posteriormente, a destruição da “mesquita” da Vitória –, começaram a preparar a revolta que deveria eclodir em 25 de janeiro.

(...) o cristianismo e as religiões negro-africanas sustentam-se em fundamentos incompatíveis entre si. Então, ao associarem orixás a santos, os negros antigos não fundiram os dois sistemas, mas apenas, respeitosamente, trouxeram para o seu domínio, por meio de analogias, os santos católicos, quase da mesma forma com que os reis guerreiros da Antiguidade entronizavam em seus templos os deuses dos adversários vencidos. Considere-se também que, embora imposto de maneira quase sempre violenta, o cristianismo também sofreu, na Diáspora, fortes transformações [...] (LOPES, 2011, p. 588).

O fato é que certo como os africanos foram trazidos para o continente americano pela diáspora, as religiões praticadas por eles em seu próprio continente adentraram também o território brasileiro e os deuses que lá eram cultuados passaram a ser cultuados também aqui no Brasil.

Nos dias de hoje, é possível encontrar por todo o país formas religiosas remanescentes dos cultos africanos para cá trazidos. Destas manifestações são encontradas no sudeste e popularmente conhecidas na região a umbanda, a quimbanda, o candomblé, o congado e a candombe, os dois últimos possuem maior influência no interior de Minas Gerais.

Como veremos mais a frente, o material a ser apresentado, trata de apresentar alguns orixás² para alunos da rede fundamental de ensino. No entanto, será feita apenas uma simples abordagem ao candomblé e a alguns orixás reverenciados por ele para que o foco seja reduzido à apenas uma das tantas manifestações que nós brasileiros herdamos das religiões africanas.

2.1 BREVE ESTUDO DO CANDOMBLÉ NO BRASIL

Segundo Nei Lopes (2011, p. 168), Candomblé é o “nome genérico com que, no Brasil, a partir da Bahia e desde o início do século XIX, se designa o culto aos orixás jejes-nagôs bem como algumas formas dele derivadas, manifestas em diversas ‘nações’...” e ainda “religião brasileira de culto aos orixás iorubanos, voduns daomeanos ou INQUICES bantos... local de culto dessa religião...” (Lopes 2012, p. 72). Lopes (2011) afirma que as manifestações religiosas trazidas do continente africano para o Brasil, se

estabeleceram no país primeiro pela atuação de indivíduos ritualistas que se

dedicavam à cura física e psíquica de pessoas necessitadas, por

² “Na tradição iorubana,[os orixás são] cada uma das entidades sobrenaturais – forças da natureza emanadas de Olorum ou Olofim – que guiam a consciência dos seres vivos e protegem as atividades de manutenção da comunidade ...” (LOPES, 2011, p. 516) grifo meu

intermédio de práticas de suas tradições por meio da adivinhação, rezas, limpeza espiritual e outros procedimentos. Provavelmente, devido às suas práticas, seriam oriundos dos povos bantos situados no Congo, Cuanza, Zambeze, localidades vizinhas e também do Golfo do Benin, de onde chegaram cultos voltados para entidades guardiãs de aldeias, cidades e até estados específicos. Outras apadrinhavam atividades do cotidiano como pesca e caça, e a maioria era identificada por suas características ligadas aos aspectos da natureza como senhoras e senhores de rios e florestas, ou a fenômenos naturais como o vento e fogo, raios e trovões.

Estes ambientes que a princípio eram denominados casas de fortuna por serem locais onde as pessoas procuravam por saúde, fortuna, bem estar, sorte e anseios da vida espiritual, logo passaram a ser chamadas “calundus” onde foram formadas congregações religiosas de maior complexibilidade no que tange às divindades ritualizadas, a hierarquia sacerdotal e a ritualística envolvida. Deste modo, para Nei Lopes (2011), as “simplórias” práticas das casas de fortuna deram lugar as práticas de relevância mais respeitadas que reverenciavam divindades ou elementos da natureza, a obediência dos seguidores a um mestre e a formação de um conjunto de dogmas.

Creemos que por consenso, o termo calundu acima citado foi, de acordo com Lopes (2011), Reis (2005) citado por Santos (2008) e outros autores, um possível antecessor, ou mesmo outra nomeação para o que conhecemos atualmente por candomblé. Até o final do século XVIII, os altos da Santa Inquisição consignam o uso do termo calundu. Sendo somente nos anos iniciais do séc. XIX os primeiros registros escritos do termo candomblé na formação das religiões de matrizes africanas no Brasil.

Há relatos de que a primeiro terreiro de candomblé do Brasil nasceu em Salvador, Bahia, por volta de 1830, no bairro da Barroquina, onde se cultuavam orixás iorubanos. Formada por africanos livres, o mesmo foi transferido para a localidade de Engenho Velho em Salvador, onde passou a ser conhecida como Engenho velho ou Casa Branca e sobrevive até os dias atuais tombado como patrimônio histórico nacional. No entanto, assim como afirma Verger (1981), há outras versões sobre o assunto, não podendo com exatidão comprovar que este foi a primeira casa de candomblé do país.

Bruno Pimentel e Felipe Portugal (2011, p. 3) e afirmam que:

O candomblé tem sua organização pautada através das famílias-de-santo, ou seja, são estabelecidos vínculos

embasados em laços de parentesco religioso. A princípio essas famílias eram formadas a partir de negros de uma mesma etnia , porém com o passar do tempo ocorreu a entrada de negros de outras etnias , além de indígenas e brancos . Esse fato resultou em mudanças neste culto, na medida em que foram assimilados elementos de outras práticas religiosas como a pagelança.

Por herança banto, jeje-nagô e iorubana, os processo de hierarquização se entrelaçam e complementam, sendo no Brasil, nas comunidades tradicionais, muito próximo ao africano. Muitas das divindades e dos elementos são os mesmos e o que os difere do método africano, é que no Brasil, todos são cultuados indistintamente orixás de várias regiões em uma só casa, enquanto no continente africano, cada orixá é cultuado em uma localidade distinta, uma cidade, um estado ou até mesmo uma família. A repressão, e intolerância para com as casas de candomblé, como já citado, permanecem até os dias atuais, mas com o advento do empoderamento das camadas afro-decentes da população brasileira, apesar dos movimentos contrários, as religiões de matrizes africanas em geral vem se perpetuando e enraizando na sociedade brasileira.

3. AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Pleiteamos no decorrer da pós-graduação em História da África possibilidades de aprendizado sobre o continente africano para que pudéssemos tentar mudar, pelo menos em nossas salas de aula e escolas onde lecionamos a visão que nossos alunos têm sobre o continente, que é, na maioria das vezes, ilustrado por um aspecto eurocêntrico apresentados pelos currículos escolares, mesmo após a regulamentação da lei 10639.

Habitamos uma sociedade multicultural, onde o encontro de várias etnias permeia nosso dia a dia, impossibilitando assim visões e conhecimentos de mundo somente de uma sociedade eurocêntrica, cristã e masculina, por não retratar a realidade de todos os alunos nas salas de aula em todo o país, e por excluir a história, a memória e as origens de boa parte dos alunos para ela apresentados. O processo, como citado anteriormente, tem se modificado lentamente.

Gradativamente, por consequência da já citada Lei 10639, e pelos esforços do movimento negro, estudiosos, pesquisadores e tantos outros grupos, esta realidade tem sido modificada. Na teoria, o aluno negro entra em sala de aula, e não mais aprende somente sobre um mundo que não o seu.

Estudar História da África e dos afro- brasileiros, tal qual estudar a história e cultura dos povos indígenas faz parte do currículo escolar. (Praxedes, 2010). Ademais, A lei enfatiza o caráter multicultural da educação, assim como a importância da formação de educadores para a disseminação do conteúdo proposto (Moutinho, 2016).

No entanto, sabemos que em muitas escolas em todo o país, sejam elas oficiais ou particulares, o modelo eurocêntrico permanece, e com ele a perpetuação de uma história da África que evidencia somente a escravidão, e pouco oferece sobre o legado cultural que as pessoas trazidas do continente tiveram na formação do Brasil.

Nilma Lino Gomes (2012, p. 102) afirma que há necessidade de descolonizar os currículos:

Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

Com o passar dos anos, no entanto, é possível notar um relevante mudança neste horizonte. Influenciadas pelo processo de globalização e articulações das redes, como Gomes (2012) corrobora, o que outrora era negado pelos currículos convencionais e eurocêntricos nas escolas tem ganhado notável espaço atingindo as escolas e a academia,

Gomes (2012, p. 103) revela que a partir de uma experiência pessoal, notou que Lei, suscitou em “docentes o desejo de conhecer, compreender e experienciar a cultura negra e buscar caminhos diversos para tal, que não somente o conteúdo livresco”. Sabemos da importância e representatividade que lei trouxe para o meio, e para agentes propagadores da cultura afro em todo país. Sabemos também que ela despertou olhares atentos de pessoas que talvez não tivessem os mesmos olhos para a temática, caso não houvesse a implementação da mesma, mas também é sabido que para muitos docentes, e talvez seja a grande realidade dos docentes de nosso país, a lei não passou de um aparato legislativo para legitimar uma temática que nem todos estariam preparados para lecionar – por isso a necessidade de formação de docentes capacitados - e outros pouco fariam questão de lecionar. Toda Via, a legislação causou não só a possibilidade, mas também uma significativa mudança para a construção de uma educação voltada para as questões étnicas, logo, para os benefícios e mazelas que passam os negros em todo o Brasil. O que de certa forma já pode ser considerado uma mudança.

É preciso, no entanto lembrar que a lei não é somente mais uma norma a ser cumprida, mas sim o resultado de lutas históricas com vários protagonistas

conhecidos e anônimos que há muito lutam por uma justa visibilidade, aceitação, e propagação da cultura africana e suas influências no país negadas por um longo período. E nós,

estudantes do curso, seja qual fora procedência de cada um, fomos atingidos diretamente pelos benefícios da mesma.

Porém é válido e necessário declarar que ainda que bastante benéfica para toda a sociedade, incluir no currículo escolar a temática, mesmo que amparada pela legislação, falar sobre a religiosidade africana e afro-brasileira não é tarefa tão simples quanto parece. Vários de nós encontramos no percurso empecilhos para fazer valer a legislação nas escolas que lecionamos, o que não é raro, no entanto, sabemos que é válido buscar meios para que se faça valer a legislação.

Superar o eurocentrismo na educação escolar e os conceitos e preconceitos entrelaçados em suas perspectivas torna-se tarefa diária e quase infundável para alguns de nós. O fato, é que é possível encontrar uma gama de textos que expõem as dificuldades de superar o eurocentrismo no meio escolar, como lidar com identidade do negro na escola, formas de superar o preconceito no ambiente escolar, formas de combater a intolerância religiosa na escola entre outras temáticas que tentam desmistificar e trazer soluções para problemas com a cultura africana e afro- descendente, não somente no território escolar, mas também nas comunidades ao redor das mesmas.

Neste sentido, buscamos nos atentar a questão ligada ao preconceito religioso vivenciado nas escolas em relação às religiões de origem africana.

É válido ressaltar que em vários setores da sociedade, os negros sofrem por preconceitos relacionados às suas raízes, sua cultura e sua religiosidade. Entendemos, no entanto, que esse fator é maior quando tratamos sobre as regiões de matrizes africanas e que o mesmo abrange indivíduos negros e brancos em comunidades por todo país. A intolerância destinada aos praticantes de religiões de matrizes africanas como umbanda, candomblé e outras derivações, são comumente retratadas em jornais e revistas, além dos casos que não são expostos nos meios de comunicação.

É possível verificar que a discriminação étnico-racial e a intolerância religiosa participam do nosso cotidiano e tem despertado em algumas instituições e segmentos sociais, especialmente em grupos afro-religiosos, tendências de indignação e mesmo reivindicação de direitos diante das comunidades e do Estado (Rocha, 2011). Manifestações em defesa da liberdade religiosa, debate sobre a intolerância religiosa e seminários que discutem a relação entre Estado e Religião tem se revelado comuns.

Com efeito, assim como afirma Santos (2005, p. 5)

a presença de um sacerdote do Candomblé Jeje³ no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, vinculado à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, sinaliza uma forma diferente do Estado Brasileiro tratar as religiões de matriz africana.

O que cremos, significa um olhar do Estado para com as reivindicações de grupos minoritários em busca de seus direitos e emprega-se neste contexto como expectativa de melhora para os temas contidos nas reivindicações em questão.

Santos (2005) também nos permite verificar que no que diz respeito à educação, pesquisas realizadas sobre a discriminação racial e o preconceito, expõem não apenas o silêncio pedagógico diante da discriminação racial dos alunos negros, mas também como apelidos pejorativos são responsáveis pela baixa auto-estima dos mesmos.

Ou seja, alunos pertencentes às religiões de matriz africana são vítimas de preconceito tanto racial, quanto religioso, sem que, em muitos casos, qualquer atitude seja tomada para impedir tamanha opressão. Preconceito, intolerância e discriminação são tratados como se não fossem problemas éticos a serem enfrentados pela escola. Sendo assim considerados como brincadeiras, algo normal. (Santos, 2005)

A escola como instituição social tem o papel de garantir e fornecer educação para a formação do cidadão. Na escola a responsabilidade dos educadores é garantir os mínimos elementos necessários para que a convivência em sociedade se estabeleça com base no respeito à dignidade humana. Os preconceitos, a discriminação e a intolerância não condizem com a missão que a escola deve desenvolver.

A mesma é um espaço privilegiado de formação para o respeito e a convivência humana independente do credo religioso, etnia ou qualquer manifestação cultural, física e intelectual.

A escola é o local onde se passa a maior parte do tempo em que se dá a formação do comportamento e personalidade. Ensinar a conviver com as diferenças é uma dentre as várias missões dos educadores (Rocha, 2011). É preciso utilizar as escolas como espaços de propagação de conhecimentos das religiões de matrizes africanas também na tentativa de minimizar os preconceitos para com os alunos que praticam essas religiões, mas se omitem por conta da negatividade oriunda de dentro e fora do contexto escolar, tanto do educador, quanto do freqüentador das escolas.

Diante desses pressupostos, a principal finalidade deste trabalho é contribuir para o aprendizado, ainda que básico sobre as religiões de matrizes africanas praticadas no Brasil, a superação de atitudes preconceituosas e intolerantes de educadores e alunos

³ Trata-se do sacerdote Francelino Shapanan, com Terreiro aberto em São Paulo, uma pessoa influente e participativa no debate público sobre as religiões de matriz africana no Brasil. (grifo do autor)

frente às formas religiosas praticadas pelo outro e a redução tendendo à eliminação dos preconceitos de que são vítimas crianças e adolescentes em escolas de distintas partes do país.

Pelo mesmo, o material em questão busca apresentar de forma lúdica os alguns orixás das religiões de matrizes africanas praticadas no Brasil para desmitificar o imaginário do aluno, e de certo modo, tentar alterar a imagem negativa formada pelos mesmos através de suas vivências cotidianas, tentado desta forma garantir agora e no futuro o respeito, a tolerância e a liberdade religiosa dos seguidores das religiões de matrizes africanas no Brasil praticadas.

4. AFRO-DIÁRIO: DESENVOLVENDO OS CONHECIMENTOS SOBRE OS ORIXÁS EM SALA DE AULA

O material em questão deve ser utilizado para ensinar histórias e lendas orixás para crianças do 6º ano do ensino fundamental. Para isso serão selecionados cerca de 10 orixás cultuados pelo candomblé de maneira a apresentá-los aos alunos.

O material em questão é uma ferramenta para que o professor ou um aplicador possa ter meios e métodos de ensino sobre a temática do candomblé como uma das religiões de matriz africana praticada no Brasil, e desmistificar a origem maléfica que lhe é atribuída.

Por lecionar com os anos finais do ensino fundamental, noto por parte dos alunos do 6º ano do ensino regular, uma resistência significativa quando o assunto em pauta é a África na antiguidade, as influências do continente africano na cultura brasileira e principalmente as religiões de matrizes africanas praticadas no país.

A aplicação do conteúdo irá variar de acordo com o currículo regular da escola em que o material será aplicado, caso o mesmo seja aplicado em uma escola regular, uma vez que o trabalho pode também ser aplicado em oficinas temáticas sobre a religiosidade africana no Brasil, ou mesmo em oficinas de outras disciplinas por apresentar um conteúdo interdisciplinar, uma vez que pode ser utilizado em Geografia, ao se tratar de territorialidade, Português, por ter uma área específica para montagem de textos sobre o conteúdo afim, Artes, por dar ao aluno a possibilidade de expressar-se artisticamente sobre o orixá

escolhido e qualquer outra disciplina em que o professor ou aplicador das atividades julgue se encaixar nos moldes da mesma.

Para tanto, o material pode ser utilizado em um único momento, ou em uma sequência de 10 dias, 10 semanas ou 10 meses – a aplicação na verdade se dará ao modo que o professor ou aplicador ajustar o material ao conteúdo aplicado. No entanto, a sugestão é que professor/aplicador não utilize o material de única vez, com a pena de não conseguir repassar o conteúdo de forma adequada.

A indicação é que o material seja desenvolvido paralelamente ao conteúdo de África – se tratando da disciplina de História - que pode variar de acordo com o currículo apresentado pela instituição de ensino onde for aplicado; ou em um programa interdisciplinar em que os profissionais envolvidos discutiriam a melhor alternativa de desenvolvimento.

Como já exposto, leciono para os alunos do ensino fundamental e observo que há por parte expressiva de alunos da faixa etária entre 12 e 16 anos inclusos no 6º ano do ensino fundamental, mas não só, uma significativa intolerância e preconceito sobre a temática abordada. Creio que um dos motivos possa ser atribuído ao eurocentrismo e etnocentrismo enraizados nos mesmos ainda que sem a percepção deles próprios, além ascensão e participação de uma significativa quantia de alunos nas religiões de matriz judaico - cristã, e dos alunos participantes das vertentes neopentecostais desse seguimento que, assim como afirma Santos (2005), satanizam as entidades espirituais de religiões de matriz africana no país e intimidam alunos praticantes dessas religiões como afirma Rocha (2011).

Concordo com a afirmação de Santos (2005, p. 1) que afirma que “a educação escolar constitui-se em espaço e tempo de formação de identidades sócio-culturais, de reprodução e enfrentamento de preconceitos e também de formas correlatas de intolerâncias.” Deste modo, entendo que a Escola tem o papel também de combater o preconceito e intolerância cooperar para a superação da indiferença por parte de alunos e educadores frente ao preconceito e à intolerância religiosa de que são vítimas inúmeras crianças e adolescentes em escolas diversas (Santos 2005).

Contudo, creio que o projeto em questão, apresenta, ou reapresenta o candomblé e alguns orixás por ele reverenciados de forma lúdica, desvinculada do imaginário demonizado que com recorrência é atribuído a parte da cultura africana e afro-brasileira com visões resignificadas.

Para que isso fosse possível, foram utilizados algumas mídias digitais como a série intitulada “Esse orixá é uma lenda” com roteiro e pesquisa de

Cristhyane Ribeiro, contemplada pelo Edital de Fomento aos Artistas e Produtores Negros no ano de 2014, cujo escopo é proporcionar a produtores e artistas negros oportunidade de acesso a

condições e meios de produção artística, Senso assim um importante meio para o acesso do negro às produções culturais.

A série é formada por 10 capítulos de animações com contos lúdicos sobre orixás, ideais para a utilização pedagógica. Destes foram usados por opção e disponibilidade de mídias, apenas sete contos: “Oxalá o pai de todos”, “Exu e o chapéu de duas pontas”, “Iemanjá e as ondas do mar”, “Ossâim e o poder das plantas”, “Oxum e sua dança”, “Xangô o justo” e “Iansã e seu segredo”.

A intenção em utilizá-los é proporcionar um contato diferenciado dos alunos para com os orixás, por uma forma pela qual eles possivelmente nunca haviam experimentado diferentes das imagens diabólicas que possivelmente rodeiam seus imaginários.

A animação bem feita, as músicas bem sincronizadas com o a animação e o tom lúdico, ajudam a tirar a carga negativa normalmente empregada aos orixás, abrindo espaço para que novas abordagens sobre os mesmos sejam explanadas.

Outra fonte de pesquisa e explanação para o material foram pôsteres da coleção “Os Orixás” da Editora Três, publicados provavelmente na década de 1980⁴. Os pôsteres contêm o perfil dos orixás com informações sobre a sua natalidade, personalidade, estado civil e maternidade/paternidade, símbolo, arquétipos, ocupação no Orun – o equivalente ao céu nas tradições judaico – cristãs, além de valores, adereços, possível santos “correspondentes” no catolicismo, elementos da natureza, modo de culto, cores que o representam e outros aspectos do orixá ao pôster atribuído.

A intenção é mostrar as particularidades de cada orixá evidenciando suas característica e atribuições humanas, porém sem deixar a deidade dos mesmos de lado.

Imagens do fotógrafo norte-americano James C. Lewis também foram utilizadas. Lewis enxergou em seu trabalho uma forma de combater estereótipos evidenciando a beleza negra em vários tipos de fotografia, entre elas uma série em que ele se dedica exclusivamente a retratar, pelo olhar de seu imaginário, os orixás Yorubandos. O resultado surpreendente revela os orixás não somente como deuses, mas expõe possíveis características físicas que os mesmo poderiam ter. Utilizei algumas de suas fotografias no material de forma a trazer para os alunos uma representatividade positiva dos orixás, assim

como deles próprios (os alunos negros).

⁴ Não foram encontrados nem no site da editora, nem em sites de busca maiores informações sobre a mesma, a coleção faz parte de meu acervo particular, pelo mesmo, a impossibilidade de datar a publicação

Por fim, utilizo de músicas conhecidas e não tão conhecidas que tem como tema alguns dos (os) orixás escolhidos para o material. As músicas escolhidas contam lendas dos orixás, ou seja, novas perspectivas sobre os mesmos, até porque, faz-se necessário deixar claro que existem não apenas uma versão oficial sobre cada um dos orixás, mas distintas lendas sobre variadas situações, além de mostrar devoção aos orixás aos quais as canções são destinadas. Interpretes como Clara Nunes, Maria Betânia, Mariene de Castro, Zeca pagodinho e alguns outros cantores e compositores estão presentes no material. Alguns sites, devidamente referenciados, também foram utilizados para a verificação de contos diferenciados dos conto sobre os orixás.

O produto final do projeto seja representado por um folhetim onde a partir dos conhecimentos de cada orixá será possível fazer observações, textos construídos a partir do imaginário dos alunos, ilustrações, recortes, músicas e outros formas de expressão que possam estar contidas no mesmo, fazendo assim que eles criem uma espécie de diário do orixá à moda específica de cada um.

5. CONCLUSÃO

O motivo de fazer um material sobre as religiões africanas e afro-brasileiras para educação básica busca colaborar para a redução à intolerância e o preconceito étnico racial e religioso na sociedade brasileira, assim como desconstruir estereótipos ligados á cultura afro-brasileira, em que a população negra é visualizada pelas características negativos apontadas à sua cultura, e suas crenças, e religião são perseguidas, socialmente excluídas e demonizadas. Enquanto se estudadas em seu cerne, observa-se que as religiões de matrizes africanas praticadas no Brasil primam pela liberdade individual e coletiva de seus membros, respeito pelas outras religiões, pela natureza e pelo seu próximo.

Creio que ao apresentar de forma mais real possível as visões da cultura africana e afro-brasileira, certamente ocorrerá um estímulo diferenciado ao se olhar o legado cultural deixado para nós pelos africanos para cá trazidos. É importante discutir a diversidade cultural, em todas as culturas e identificar seu valor que há em cada cultura existente na formação da cultura brasileira , assim como as religiões as culturas são apenas diferentes, contendo cada uma delas sua importância.

Deseja-se incentivar os alunos para um olhar mais respeitoso ao que lhe é diferente, e também ressaltar a importância da população negra em todos os seguimentos da sociedade.

6. REFERENCIAS

CAINELLI, Marlene. **O que se ensina e o que se aprende em História**. In:

Coleção Explorando o Ensino, volume 21 da disciplina de História para o Ensino Fundamental, 2010.

CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. O conceito de religião popular e as religiões afro-brasileiras: cultura, sincretismo, resistência e singularidade. In: **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v. 9, n.15, jan./jun., 2006, p. 181-198.

FAVERO, Yvie. **A Religião e as religiões africanas no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-Religi%C3%A3o-e-as-religi%C3%B5es-africanas-no-Brasil1.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

GOMES, Nilmalino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização nos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2017.

LEISTNER, Rodrigo. Religião, ciência e transdisciplinaridade: o conhecimento afro-religioso como objeto de estudo Ciências Sociais. **Revista Unisinos**. 45(2):125-134 maio/agosto 2009.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora africana**. 4.ed. ver., atual. e ampli. São Paulo. Selo Negro. 2011.

_____. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Pallas. 2012.

MOUTINHO, Renan Ribeiro. Cultura negra brasileira: confluências e tensões no âmbito da escola. **Revista África e africanidades**. Ano IX. N° 22, jul.

2016.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, set./dez. 2003.

PIMENTEL, Bruno Rodrigues; PORTUGAL, Felipe dos Santos. Breves considerações sobre os caminhos da umbanda. **Revista África e africanidades**. Ano IV. N° 14/15. Agosto-Novembro, 2011.

[PEREZ, Carolina dos Santos](#) Berezza. O Imaginário Sobre o Negro no Espaço Escolar: das imagens da angústia à força da ancestralidade africana, trilhando caminhos na construção de uma Educação para as Relações Etnicorraciais. In:_____.

ITMAN MONTEIRO, Sueli Aparecida. (Org.). **Culturas Contemporâneas**, Imaginário e Educação: reflexões e relatos de pesquisa. 1ªed.São Carlos: Editora Rima, 2010, v. , p. 3-246.

PRAXEDES, Walter Alencar. A questão racial e a superação do eurocentrismo na Educação. In:_____ **História e cultura afro-brasileira**: subsídios para prática da educação sobre as relações étnico-raciais. Maringá: Eduem, 2010.

ROCHA, José Geraldo da. A intolerância religiosa e as religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro. **Revista África e Africanidades**. Ano IV. Nº 14/15 – Agosto- Novembro 211.

REIS, João José. Bahia de todas as Áfricas. Dossiê África Reinventada. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano I . Nº 6. Dezembro de 2005.

[SANTOS, Evaristo P. dos](#). A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância. In: **Anais da 28ª Reunião anual da ANPED**, 2005, Caxambu. 40 anos de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Rio de Janeiro: ANPED, 2005. v. 1.

SANTOS, Nágila Oliveira dos. **Do calundu colonial aos primeiros terreiros de candomblé no Brasil**: do culto doméstico à organização político- social-religiosa. *Revista África e Africanidades* , Rio de Janeiro , ano 1 , n. 1 , maio . 2008.

SOARES, Cecília Moreira. Resistência negra e religião: a repressão ao candomblé de Paramerin. 1853. In: **Estudos Afro-asiáticos** (23): 133-142, dezembro de 1992.

VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário Imperial do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás**. Salvador: Corrupio, 1981.

1. História de vida e memória

Licenciada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF), pós-graduada em Literatura e Cultura Afro-brasileira pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Juiz de Fora (NEAB/UFJF) e atual professora da rede municipal de ensino da cidade em questão, tenho buscado desde minha graduação ampliar meus conhecimentos a respeito do continente mãe, para além daquilo que nos é transmitido pelos canais costumeiros.

Nasci em uma família engajada nas questões relacionadas à população negra e suas peculiaridades e atuante em movimentos nos quais a cultura negra era foco de debates, de interações e integrações de cada um de nós como cidadãos negros em juiz de fora. Lembro-me das rodas de conversa de minhas tias e tios junto a meus pais, nos ensaios do Grupo Alforria, um grupo musical que participava de festivais de música por todo o país, e que possuía em seu cerne músicas que exaltavam a história do negro desde a travessia forçada de pessoas escravizadas da África para o Brasil, passando pelos momentos atuais em que viviam, na década de 1980 até meados da década de 1990, até cânticos religiosos e celebrações ecumênicas no mesmo período em Juiz de Fora e região. Em alguns dos poucos áudios que ainda existem, é possível ouvir a mim, a Amana, minha irmã, e a Naiara, minha prima, em meio aos ensaios e conversas do Grupo Alforria em minha casa, ou na casa de alguns dos membros do grupo.

A vida foi levando cada um dos integrantes do Grupo para caminhos distintos, ainda assim, era possível nas reuniões de família e amigos, ouvir algumas canções e conversar assuntos que permeavam a questão do negro em todo país.

Nossa família era predominantemente católica, e por conta do mesmo, logo fui inteirada ao ambiente dos APN's¹ da paróquia Santa Rita de Cássia ao que pertencíamos, onde permaneci por alguns bons anos, e aumentei de várias formas meus saberes

¹ “Nasceram impulsionados pelas lutas de libertação desenvolvidas nas comunidades eclesiais de base e nos movimentos sociais nas décadas de setenta e oitenta. A consciência dos direitos dos empobrecidos fez perceber a negação dos direitos dos negros por motivos étnico-culturais. A partir dessa consciência um grupo de negros e negras propõe uma reflexão a respeito do racismo e da discriminação nas Igrejas e na sociedade. Neste contexto de lutas raciais e no processo de conscientização, os APNs, apresentam uma realidade nova: o dado da fé como elemento fundante no processo de superação do racismo e das desigualdades. Deste modo, os membros do movimento dos APNs, se auto-compreendem como sendo militantes de diferentes comunidades de fé preocupados e empenhados no desenvolvimento de ações que visam a promoção e a valorização da população negra.”

<https://www.blogger.com/profile/12710578416691896270> acesso em: 20 de outubro 2015

relacionados ao negro no Brasil e a toda experiência positiva e negativa que passamos desde a diáspora.

Os rumos foram alterados, porém minhas preocupações com minha identidade e dos meus não termina. Logo, na faculdade optei, tanto por afinidade, quanto por de influência, me dedicar ao estudo da diáspora africana e do legado deixado pelos africanos no Brasil desde a sua saída forçada do continente africano, até os dias atuais.

Por conta de meu histórico familiar, pelas vivências cotidianas de mulher e negra, recém formada, inteirada nas questões que diretamente dizem respeito à vida do cidadão negro e as mazelas vivenciadas por cada um de nós em todos os cantos do país, mas não só, e principalmente em uma cidade com resquícios ainda muito vivos de uma sociedade escravocrata como Juiz de Fora, optei em minha vida acadêmica por abordar temas em que o negro era o agente em destaque, sendo ele protagonista ou antagonista de sua história. Tais temas que variavam desde as legislações emancipatórias, o movimento abolicionista e a resistência negra do século XIX, até as influências africanas em autores afro-brasileiros na década de 1980, capacitaram-me a desenvolver estudos capazes de tentar identificar o agir do negro no ambiente hostil em que ele se encontrava e ainda se encontra.

Assim, o contato com a história do afro-descendente aprofundado no meio acadêmico, me motivou a procurar por outras ou novas abordagens em que o negro fosse agente positivo na história, motivos que me levaram a ingressar em uma especialização cuja literatura e cultura afro-brasileira fossem estudadas e discutidas no meio acadêmico trazendo para sala de aula assuntos rotineiros da vida do afrodescendente, de sua história, as dificuldades vivenciadas através dos estigmas do preconceito e do racismo, as influências nos hábitos mais comuns dos brasileiros, entre tantos outros temas relevantes para minha formação pessoal e profissional.

Vivemos o atual momento balizado pelas grandes redes sociais. Através das mesmas, tem sido possível observar o crescimento de uma juventude negra consciente, engajada e que luta em prol aos seus próprios direitos, assim como os direitos de outras minorias. Também tem sido possível analisar aqueles que são contra esses movimentos, tornando clara a herança escravocrata que ainda corre no sangue de boa parte de nossa população. Por conta desses motivos, mas não só, creio que integrar essa pós graduação, seria uma forma de adentrar esse crescente movimento de conscientização

que tem ocorrido país a fora, e que de uns anos para cá tem estado presente dentro do meio acadêmico.

Entendo que ingressar em uma especialização voltada especificamente para História da África, me auxiliaria a somar nos movimentos citados e combater de maneira apropriada os movimentos contrários. Da mesma forma, muito me auxiliaria no âmbito profissional com a complementação da minha graduação, tal qual para minha vida pessoal, sendo também de tamanha utilidade para o desenvolvimento de minhas pesquisas relacionadas às questões da diáspora, para o ensino em sala de aula, assim como para a descoberta de novas rotas de pesquisas relacionadas ao tema.

Tenho ainda por expectativa, ser instrumento de propagação direta da cultura africana e afro-brasileira no quadro escolar, possibilitando a aplicação da Lei nº 10.639 do ano de 2003, que regulamenta o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos seguimentos educacionais públicos e privados, como professora habilitada ao conteúdo validado pela Lei citada, mesmo sabendo das dificuldades ainda enfrentadas no meio educacional no que diz respeito à aplicação da mesma. Além disso, unido os conhecimentos da graduação e da especialização já executadas, posso colocar em prática abordagens que inseridas ao meu cotidiano como professora, consigam abrir portas para a comunidade escolar da rede em que trabalho possibilitando com novas roupagens, a inserção da figura do africano e do afrodescendente como agente participante ativo na sociedade brasileira, capaz de deixar uma herança positiva, tal qual outro estrangeiro ou descendentes de outros povos que não os africanos, desmistificando, por exemplo, a ideia de que as religiões afro-brasileiras, são necessariamente impregnadas de rituais macabros, com forças duvidosas e sem credibilidade.

Por fim, creio que o curso que além da satisfação pessoal em estudar a grandeza das várias Áfricas, seria uma ótima oportunidade de expandir e complementar meus conhecimentos em relação às abordagens relacionadas ao tema, assim como, uma forma de contribuir para a propagação de uma África conhecida somente pelos acadêmicos ligados à esta temática, e alguns poucos interessados em desconstruir essa imagem negativa do continente e de tudo o que ele possui, tornando-o visível em seus aspectos desconhecidos, levando para sala de aula tudo aquilo que se é possível para a desmistificação de muitos dos mitos negativos criados em relação ao mundo africano.

2. Repensando a aprendizagem: leituras críticas a partir da práxis

Repensar uma aprendizagem relacionada à “História da África”, parte do pressuposto de que já haja um pensamento ao tema citado. Isso é na verdade o que se esperava a partir da promulgação da lei 10639 de 2003, que estabelece a inclusão obrigatória do Ensino de História da África e da cultura afro-brasileira entre outras providências no currículo da rede de ensino. Mas como professores e alunos do curso, notamos dentro de nossa sala de aula, que por mais crescentes sejam os estudos relacionados ao tema em questão, que por mais especialistas hajam sobre essa temática, há ainda necessidade de pensar a aprendizagem para então poder repensá-la.

No entanto, sabemos que existem profissionais que lidam com essa disciplina, assim como nós, e que necessitam de formas pelas quais o estudo da África em sala de aula possa ser ampliado e qualificado tornando-o interessante para os alunos aos quais direcionamos nossos conhecimentos, assim como é para nós próprios.

Como professora, entendo que durante muitos anos e ainda hoje, lidamos com um sistema que privilegiava o ensino da história do continente europeu, e pouco ou quase nada se atentou ao ensino da História da África. Em nossos livros didáticos, encontrávamos uma versão da “História Oficial” sobre a construção do Brasil em que foi narrado o processo da colonização portuguesa e a chegada dos europeus às terras brasileiras, sem levar em conta de quem eram as terras “encontradas” pelos portugueses e outros fatores, minimizando assim, a importância de outros grupos étnicos que habitaram e foram imprescindíveis para a construção deste país tal qual confirma Carolina dos Santos Bezerra Perez (2010).

Nos sentamos nos bancos escolares nas últimas décadas (tanto nas escolas regulares, como nas universidades), e vivenciamos uma história onde os enaltecidos eram os europeus e seus descendentes. A conjectura do período militar, deixou uma herança de ensino positivista que nos fazia, assim como aponta Anderson Ribeiro Oliva (2003), memorizar datas, nomes de heróis nacionais, listas intermináveis de presidentes e personalidades, sem contar com as abordagens eurocêntricas no que tange à História Geral, e Mesmo tendo ocorrido uma significativa transformação no ensino de história nos últimos anos, ainda nos deparamos com esse tipo de ocorrência.

Notamos significativas mudanças desde a promulgação da Lei 10639. Letamente a partir da mesma observamos um significativo aumento da temática africana e afro descendente, assim como a temática indígena na academia, nas escolas regulares e nos livros didáticos, e lendo o texto de Anderson Oliva (2003), proposto na bibliografia do curso, me deparei com a seguinte pergunta: “como a História da África é ensinada em nossas escolas?”. O que me levou a outra pergunta: Como eu ensino história da África nas escolas que leciono? Oliva (2003) faz esta pergunta com o intuito de fazer uma pesquisa realizada pelo mesmo, e responde no decorrer do artigo o questionamento por ele feito.

Logo pensei se poderia eu ser uma professora que reproduzisse o que citei acima, uma história que reafirma o eurocentrismo e nada ou pouco explora questões sobre o continente africano e os afro descendentes. E o que eu aprendi sobre o continente africano e os afro descendentes nas escolas em que estudei?

Como a maioria das pessoas na minha faixa etária, pouco ou quase nada foi-me explicado sobre o continente africano durante meu ensino fundamental, e nada que ressaltasse a grandeza do continente além de seu tamanho geográfico, o subdesenvolvimento, as doenças, e os animais, alguns poucos estudos relacionados ao *Apartheid*. Sobre os afro descendentes, a escravidão como explicação para a quantidade de negros presentes no país naquele momento. O que eu conhecia sobre o Continente Mãe (assim carinhosamente chamado pelos meus), era o que aprendia em casa com meus pais e tios que desde que me dou conta, participavam do movimento negro e de outros movimentos que valorizam a história os afro-brasileiros, dos africanos e do povo negro. Mas no geral, assim como afirma Carolina Perez (2010), o que era ensinado e o que os livros didáticos traziam, era uma história onde predominava a escravidão e onde os africanos e os afro descendentes mantinham um constante papel de coadjuvantes:

Percebemos também que nos livros e conteúdos escolares, o imaginário sobre os negros e a África ainda se encontram relacionados, exclusivamente, à escravidão. A África não é vista nem percebida como um continente com diferentes países, etnias e nações que possuem línguas, costumes, histórias, religiosidades e visões de mundo amplas e diversas. (PEREZ. p. 12, 2010)

Além da carga familiar que me mantinha a par das situações do continente e das lutas dos afro descendentes, notei uma significativa a mudança durante faculdade. No meio acadêmico, tive uma disciplina específica de História da África, mas creio que por

motivo da recente promulgação da lei de 2003, portanto, o ensino foi pouco referenciado, uma vez que não haviam ainda professores especializados na disciplina em questão, porém muito válido, já que estudávamos pontos que uma grande maioria desconhecia. Era para muitos dos meus colegas um novo olhar para o continente africano e para os afro descendentes, e nos colocou a frente até para que pudéssemos buscar novas abordagens sobre a temática.

Logo após a faculdade, me especializei em curso de Literatura e Cultura afro- brasileiras que ampliou meus conhecimentos sobre a História da África, e muito me ajudou a desenvolver trabalhos em sala de aula a partir de pontos que fugissem aos pontos comuns que normalmente representam o continente africano e os povos contidos nele. Ainda assim, pude observar, assim como afirma Perez(2010),:

[...] na nossa atuação cotidiana como educadores observamos que todos nós acabamos por ter a mesma visão sobre o continente africano que a sociedade tem, relacionando-o apenas a pobreza, doenças e escravidão, espaço habitado por “primitivos”. A escola na qual tivemos nossa formação, nossos cursos e habilitações, também acabam sendo espaços que reforçam esse imaginário [...]. (PEREZ. p. 12, 2010)

E creio que ocorra um reforço da fala da mesma, quando na fala de Marlene Cainelli (2010) notamos que:

O que ensinamos de história na escola é parte dos conhecimentos historiográficos produzidos pelos historiadores e ainda uma parte destes conhecimentos é aquele que está nos programas de cursos e currículos para as disciplinas e também nos livros didáticos (CAINELLE. p.20, 2010)

A afirmação e Cainelle (2010) ajuda a responder a pergunta que fiz a mim mesma. Minha prática de ensino de História da África, e até da História Geral, mesmo tendo eu uma formação diferenciada relacionada à História da África e dos afro descendentes, tem sido corrompida pelos currículos já formados e pelos livros didáticos que utilizo nas escolas em que leciono. Ainda assim, venho tentando incluir um conteúdo que fuja ao formal, mas encontro barreiras, principalmente por trabalhar na rede municipal de ensino da cidade de Juiz de Fora como funcionária contratada e me deparar sempre com o currículo da disciplina já estruturado, sem poder participar da montagem do mesmo e sem

ou com pouco espaço para modificações das matrizes escolhidas, que quase sempre continuam moldadas ao eurocentrismo e à sublocação do espaço do continente africano e dos povos lá contidos.

Cito novamente Carolina Perez, que com muita coerência elucida meus pensamentos relacionados às questões aqui propostas:

A necessidade do conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana pelos profissionais da educação é o primeiro passo para que se construa no “chão da escola”, na sua realidade cotidiana, ações e intervenções didático-pedagógicas visando a consolidação de atitudes de respeito e compreensão da diversidade étnico-racial e cultural brasileira rumo à efetiva transformação da realidade, transformação essa que passa, inclusive, pela revisão dos referenciais teórico- metodológicos que alicerçam os nossos pressupostos didático-pedagógicos, atentando para as conseqüências que temos no nosso sistema educacional por privilegiarmos uma única matriz ancestral: a ocidental e européia. (PERES. p.14. 2010)

Concordo com a necessidade do conhecimento das questões relacionadas ao continente africano. Tal conhecimento se torna degrau para que a prática de ensino de muitos professores, inclusive a minha, sejam desconstruídas a partir do processo formal que conhecemos e ganhem novas abordagens para que possamos ensinar a África com visões menos estereotipadas e mais atraentes.

Neste ponto lembro-me das aulas que nos tem sido ministradas desde o início do curso. Eu, que me intitulava como alguém que possuía muitos conhecimentos sobre o continente africano, vi-me surpresa ao encontrar um mundo muito mais vasto do que aquele que eu pensava conhecer. Revendo o material, li em minhas anotações que pensar História da África, é pensar em estudos que abrangem o berço da humanidade, da família, da vida coletiva, das migrações, da arte, de impérios e de tantos outros aspectos que seriam impossíveis numerar, portanto, não podemos reforçar a mediocridade com que o continente tem há tempo sido representado.

Na maioria das aulas descobrimos aspectos que não conhecíamos, ou que conhecíamos incompletamente, superficialmente. Deparei-me com o auge de minha superficialidade quando na ocasião da aula do professor Mahfouz Ag Adnane, ao descobrir no Saara, muito mais do que um deserto com conexões de sobrevivência, mas uma rota comercial com conexões inimagináveis, fora o fato da existência de uma sociedade islâmica diferenciada do que estamos acostumados a visualizar entre inúmeros

outros aspectos como arte, arquitetura e cultura. Em todas as aulas na verdade, creio que não somente eu, mas os outros alunos, somos surpreendidos com pelo menos uma perspectiva diferente do que estamos acostumados.

É difícil destacar as mudanças que já sofremos ao decorrer do curso, assim como enumerar todas as experiências que estamos vivenciando com cada um dos professores, com nossas experiências e as de nossos colegas, assim como com a experiência de cada um dos alunos que possuímos. Creio que logo iniciaremos o papel prático, de transmitir o conhecimento que estamos adquirindo para nossos alunos, creio até que alguns de nós já tem colocado em prática esse mar de ensinamentos sobre uma África para eles é desconhecida. Faz parte do processo em que estamos, e espero até o final do curso que logo se aproxima, que tenhamos a competência para desmistificar as visões de mundo que nossos alunos e nossos próximos tem sobre tudo que é relacionado com o Continente mãe, ajudando assim no processo não só de conhecimento da África, mas nas influências diretas e indiretas que ela perpetua em nós e em nossa sociedade.

3. Práticas pedagógicas, intervenções e ações sócio-educativas

Enfim, é necessário colocar em prática toda carga de conhecimento adquirida no decorrer do curso, e também aquelas que já conhecíamos e vivenciávamos através do tempo. Não é fácil, porém encontrar métodos, uma vez que neste momento, a mente passa a borbulhar com as experiências aprendidas ao longo em cada disciplina e com o nosso dia-a-dia. As idéias chegam a cada momento, mas instrumentá-las e experimentá-las torna-se mais desafiador do que o próprio ato de pensá-las. No entanto, é necessário apresentar formas pelas quais o estudo da África em sala de aula possa ser ampliado e torne-se interessante aos nossos alunos.

Os modelos que serão apresentados a seguir são formas iniciais de contato dos alunos para com o continente africano, e que permitem a eles próprios a multiplicação de idéias para que sejam aplicados e reescritos de acordo com as possibilidades. Destarte, são apresentados idéias iniciais que podem e devem ser em outra ocasião exemplificados para o melhor entendimento das propostas, caso necessário.

Por trabalhar com a disciplina de História creio que haja uma série de possibilidades para se trabalhar a do continente africano em sala de aula no entanto, escolhi duas propostas que creio, possam se encaixar no perfil da escola em que leciono no momento. Tais métodos podem ser utilizados no dia a dia, e trazem outras áreas do conhecimento que não somente a História para dentro da sala de aula com abordagens do continente africano, permitindo assim, novas perspectivas aos alunos e talvez até aos docentes envolvidos.

A primeira proposta consiste em estudar a História da África dentro da História geral.

Quando se trata do ensino de História, notamos no currículo brasileiro a adoção do estudo de história “tradicional”, onde há a divisão dos conteúdos por Tempos Históricos distintos: História Antiga, História Medieval, Moderna e História Contemporânea. Utilizando esta base, há a possibilidade de inserção do conteúdo de História da África germinado ao modelo citado, expondo os acontecimentos mais relevantes, ou os que mais interajam ao teor estudado no momento.

Estudando A história Medieval na Europa, por exemplo, é possível abrir um *link*, mostrando o que ocorria no continente africano no geral ou em locais específicos das “Áfricas” durante o mesmo período. Deste modo, os alunos saberiam que em todo o tempo fazia-se História relevante no continente africano. Os mesmos conheceriam faces da História do continente que eles sequer faziam ideia da existência, e que assim como os outros continentes, a África também possui períodos históricos distintos e importantes em sua cronologia. É de certa forma, o que se faz estudando História Antiga, quando se Estuda o Egito e o Reino da Núbia, por exemplo, porém em todos os tempos históricos.

A segunda proposta consiste na possibilidade da interdisciplinaridade.

Existem crescentes áreas sobre estudos relacionados ao continente africano. Entre elas, existem estudos sobre a etnomatemática, sobre a literatura africana, filosofia africana, tecnologia africana (da antiguidade à atualidade), teatro africano e tantas outras temáticas que são lecionadas no dia a dia e que propõem uma visão pouco convencional do continente africano e de suas singularidades ao olhar de nossos alunos. Trabalhar estas perspectivas em sala de aula juntamente ao conteúdo de História ajuda a compor no intelectual do aluno, uma visão do continente africano positiva e crescente, assim como

acontece quando os mesmos estudam a Europa e a América do Norte.

Integrar matemática e história, por exemplo, seria uma inusitada possibilidade de ensinar ambas as disciplinas. Normalmente vemos a História como uma mera forma de contar o passado, e muitas vezes, por conta das poucas possibilidades dos locais onde lecionamos, o ato de ensinar história torna-se obsoleto. Com a Matemática não é muito diferente, a disciplina é normalmente classificada negativamente pelos alunos, talvez pela dificuldade que os mesmos apresentam, ou por algum outro motivo que eu realmente desconheço.

Unir História e Matemática seria uma forma não tão convencional de ensinar tais disciplinas a partir de perspectivas diferentes daquelas as quais estamos acostumados. Há a possibilidade da criação de materiais como toalhas, quadros e até camisas que possibilitariam, por exemplo, o estudo de máscaras tribais, estampas de tecidos, obras de artes e outros artefatos ou materiais de países do continente africano que ajudariam a contar a história dessas comunidades, assim como estudar perspectivas teóricas da matemática na perspectiva do estudo da matemática explorada de forma cultural.

Para o aluno, assim como para muitos docentes, seria interessante rever a perspectiva de ensinar e aprender Matemática e História com novos métodos.

Tais propostas buscam a visualização de um continente pouco ou nada conhecido por parte de nossos alunos. As mesmas seriam acompanhadas por calendários complementares às atividades escolares, com a intenção de mostrar o máximo possível da história do continente que tanto nos influenciou e influencia até os dias atuais. Dar ao continente uma visão positiva aos nossos alunos seria o primeiro passo para mudança de pensamento dos mesmos sobre a África e seus descendentes, para a desconstrução de olhares distorcidos sobre a cultura que nós foi herdada e agregar valor ao que para os alunos não tem muita importância.

4. Considerações finais

Estamos vivenciando um momento em que a busca da valorização do continente africano e a valorização da influência do continente em nosso país tem sofrido um significativo aumento. O meio acadêmico, os movimentos em prol à cultura afro-brasileira, as redes sociais e outros instrumentos, tem possibilitado tal valorização.

É com essa finalidade, que temos trabalhado durante todo o percurso do curso, para que o crescimento do conhecimento do continente africano, assim como as inegáveis influências do mesmo em nosso país, seja mais acessível à sociedade em geral.

Possuímos desde o momento em que fomos agraciados pelo curso, a possibilidade e formas pelas quais podemos dar novas abordagens às visões sobre o continente africano. Foi e será até seu término, um importante meio, primeiro de aprendizado, e depois de reformulação de conceitos que logo serão aplicados em outros ambientes onde também serão acrescentados novos conhecimentos e desafios.

Enfim, a jornada nunca finda, apenas demos outro passo para desvendar os caminhos pelos quais possa haver a valorização, aceitação e disseminação da cultura africana e afro-brasileira em nosso ambiente de trabalho e em nossa vida pessoal.

5. Referências Bibliográficas

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática.** Revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, n. 3, set./dez. 2003.

PEREZ, Carolina dos Santos Berezza. **O imaginário sobre o negro no espaço escolar: das imagens da angústia à força da ancestralidade africana, trilhando caminhos na construção de uma Educação para as Relações Etnicorraciais.** In: ITMAN MONTEIRO, Sueli Aparecida. (Org.). Culturas Contemporâneas, Imaginário e Educação: reflexões e relatos de pesquisa. 1ªed.São Carlos: Editora Rima, 2010, v. , p.3-246.

Marlene, Cainelli. **O que se ensina e o que se aprende em História.** In _____: Coleção Explorando o Ensino, volume 21 da disciplina de História para o Ensino Fundamental, 2010.

6. Anexos

Músicas de cunho social do Grupo Alforria

Fronteiras

Kosme dos Santos & José Campos da Veiga

Vida que um sistema confinou

Para sempre na penumbra de uma prisão qualquer

Ousaras te opor aos imorais

Muros que segregam homens pela cor que Deus lhes deu

E sonhar com um tempo novo de igualdade pra teu povo Sem o gume do
apartheid teu carrasco, teu algoz

Sem os guetos que enclausuram Sem os passes que limitam

Sem as áreas demarcadas

Sem as fronteiras da cor

Mandela

Por aqui colhemos flores Pelos cem anos passados Do
feito da abolição

Guerreiro

Mas ainda falta muito Das entranhas dessa terra

Igualdade não floriu Na miséria das favelas Os

herdeiros de Zumbi Inda sofrem de Mazelas

Marcas da escravidão

Raros pretos de alma branca Pregam a ideologia

Como se a cor da pele Mensurasse o interior

Celas

Sonhos não podem matar África do Sul – Brasil Possa o
negro se afirma

Grilhões

Antônio José Carneiro & José Campos da Veiga

Tua sina é a desgraça Desde os tempos do negreiro

Tua herança é a cachaça A algema e o terreiro

E Guerreiro que tu eras Jaz no tronco e nas vielas

Não te larga esta saga Desde os tempos do negreiro Teu
trabalho não te paga

E o teu sangue suga inteiro

E o guerreiro que tu eras Jaz no tronco e nas favelas

E os grilhões são tuas chagas Desde os tempos do negreiro

E a chibata que te rasga

Só mudou de carcereiro

E o guerreiro que tu eras Jaz no tronco e nas celas

A teu filho nada resta Desde os tempos do negreiro Já nem
mesmo aquela festa Que hoje é mina de dinheiro

E o guerreiro que tu eras Jaz no tronco (passarelas) E o
quilombo que querias
Desde os tempos do negreiro Desmorona a cada dia
No cansaço do pedreiro

E o guerreiro que tu eras Jaz no tronco de mazelas

